



**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL - CREA-RS**  
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ENGENHARIA E DA AGRONOMIA  
Rua São Luís, 77 - Bairro Santana | Porto Alegre (RS) | CEP 90620-170 | Fone: (51) 3320-2100  
- [www.crea-rs.org.br](http://www.crea-rs.org.br)

## TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 2024.000002059-2

### 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO:

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS DO SISTEMA DE CFTV DIGITAL IP DO CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL - CREA-RS**, sito na Rua São Luís, 77, na cidade de Porto Alegre/RS, conforme especificações técnicas constantes no Termo de Referência.

### 2. FUNDAMENTAÇÃO / JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

Considerando que o sistema integrado de câmeras de segurança é fundamental para garantir a integridade do patrimônio, do acervo e das pessoas que pela SEDE do CREA-RS transitam.

Visando proporcionar tranquilidade e proteção, mediante monitoramento ininterrupto das imagens, a todos. O CREA-RS, no cumprimento de suas atribuições, deflagra a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos do sistema de CFTV digital IP, da SEDE do CREA-RS.

Estudo Técnico Preliminar (2054140).

### 3. DETALHAMENTO/ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO:

O contrato de manutenção do sistema de vídeo-monitoramento do CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL, visa manter o funcionamento de todos os 36 (trinta e seis) pontos de câmeras de vídeo-monitoramento, instalados na SEDE do CREA-RS.

Os serviços de **MANUTENÇÃO PREVENTIVA** consistem na revisão mensal dos aparelhos/equipamentos (câmeras, NVR's e switches) e outros elementos;

A CONTRATADA deverá realizar serviços de manutenção preventiva nos aparelhos/equipamentos (câmeras, NVR's e switches) procedendo a inspeção, testes e, se necessário, regulagem e pequenos reparos a fim de proporcionar o funcionamento eficiente, seguro e econômico;

Os serviços de **MANUTENÇÃO CORRETIVA** consistem na solução de eventuais problemas, danos ou defeitos, bem como dos que venham a ocorrer durante a execução do contrato, de modo a garantir o perfeito funcionamento dos aparelhos/equipamentos (câmeras, NVR's e switches), constituindo a

reparação de defeitos e danos, substituição de peças e acessórios, através do fornecimento de mão de obra;

A manutenção corretiva será realizada sempre que houver necessidade, mediante solicitação de equipe técnica da SEDE do CREA-RS, tendo por finalidade corrigir falhas em qualquer equipamento compreendendo sua substituição e/ou restabelecimento do estado operacional do aparelho/equipamento (câmeras, NVR's e switches).

A contratada deverá fornecer relatório mensal referente a todo o serviço executado no período, informando o estado geral dos aparelhos/equipamentos (câmera, NVR's e switches) e suas condições de funcionamento, bem como todas as intervenções realizadas nesse período;

Quando da realização dos serviços de manutenção houver a necessidade de remoção de aparelhos/equipamentos (câmeras, NVR's e switches) para reparo no Centro Técnico da CONTRATADA, os respectivos deverão ser provisoriamente substituídos por um equivalente, visando a continuidade de funcionamento do sistema;

Quando da necessidade de reposição de aparelhos/equipamentos (câmeras, NVR's e switches), mudança de layout, remanejamento de pontos, instalação de novos pontos, a CONTRATADA deverá comunicar o fato à CONTRATANTE e apresentar, pelo menos, 03 (três) orçamentos para cada item, sendo reservado o direito, a CONTRATANTE, realizar cotações e emitir a devida autorização de compra de peça, infraestrutura e serviços;

A manutenção dos serviços preventivos e corretivos compreende os seguintes aparelhos/equipamentos (câmeras, NVR's e switches):

<b>Equipamentos</b>	<b>Quantidades</b>
CÂMERA IP TIPO 1 TIPO DOME 1.3MP, IR 30m, IP67, IK 10	18
CÂMERA IP TIPO 2 TIPO MINI BULLET 1.3 MP, IR 30m, IP66, IK10	03
CÂMERA IP TIPO 3 CÂM/IP TIPO DOME 2.0MP, IR30m, IP66 IK60	04
CÂMERA IP TIPO 4 CÂM/IP TIPO BULLET 3.0MP, IR 30m, IP66	11
NVR GRAVADOR DE VÍDEO EM REDE	03
HD (DISCO RÍGIDO)	03
SWITCH 8 PORTAS	01

O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum.

#### **4. DOS SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS**

##### **4.1. COMPONENTES ELETRÔNICOS**

- 4.1.1. Efetuar medições de tensões, correntes e potências envolvidas;
- 4.1.2. Verificar funcionamento de softwares, aplicativos e firmwares, bem como suas versões e atualizações.
- 4.1.3. Efetuar limpeza dos aparelhos/equipamentos (Câmeras, NVR's e Switches);
- 4.1.4. Deverá ser observada a condições de aterramento da rede assim como eventuais correntes induzidas que podem vir causar danos aos aparelhos/equipamentos (Câmeras, NVR's e Switches).

##### **4.2. CÂMERAS**

- 4.2.1. Verificar imagens de modo a identificar de possíveis falhas – foco, interferência, resolução, contraste, cores, enquadramento;
- 4.2.2. Ajuste das lentes;
- 4.2.3. Realizar limpeza das lentes e das câmeras;
- 4.2.4. Verificação de aterramentos e fixação, visando a proteção e longevidade dos equipamentos;
- 4.2.5. Observar tensão de alimentação das câmeras;
- 4.2.6. Conferir comunicação, alimentação, aterramento, proteção de surtos;
- 4.2.7. Averiguar as respostas das câmeras.

##### **4.3. INFRAESTRUTURA DE REDE**

- 4.3.1. A CONTRATADA terá sua atuação visando a uniformidade das condições e sinais de dados, de vídeo e controle dos equipamentos.

##### **4.4. SISTEMA DE CONTROLE**

- 4.4.1. A empresa CONTRATADA deverá operar utilizando um sistema informatizado de gestão e controle de demandas, visando otimizar os fluxos de informação entre empresa e cliente (SMSP), contemplando as seguintes informações:
  - 4.4.2. Características mínimas do Sistema;
  - 4.4.3. Cadastro;
  - 4.4.4. Relatório de Serviço Final;
  - 4.4.5. Planilha de Custos, Relatórios Estatísticos e Gerenciais.

##### **4.5. ESPECIFICAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO E CONTROLE DE DEMANDAS**

- 4.5.1. As demandas sob o escopo desta contratação possuem as seguintes características peculiares:
  - 4.5.2. Por se tratarem de sistemas de segurança eletrônica, muitas vezes é necessária urgência no atendimento. Mesmo nos casos não urgentes, existe a necessidade de acompanhamento em tempo real do serviço por parte da fiscalização, o qual tem por objetivo aferir se a solução aplicada foi efetiva, ou

seja, se o sistema está plenamente funcional, após a intervenção dos técnicos da empresa. Essa aferição, na maioria das vezes, é realizada remotamente, através do acesso aos sistemas, via rede de dados.

4.5.3. Ocorrem entregas de materiais patrimoniados aos técnicos da empresa, tipicamente câmeras. Esses equipamentos são instalados pela empresa contratada, e nos casos que são fornecidos pela CONTRATANTE, faz-se necessário então o controle eficaz desta movimentação de bens. Da mesma forma, os equipamentos antigos, ou com defeito, que são desinstalados, também são bens patrimoniados, cuja movimentação e destino devem ser controlados.

4.5.4. O fato de a manutenção preventiva destes sistemas ficar a cargo da contratada, pressupõe que essa empresa tenha total informação sobre o parque de equipamentos instalado. Então, é fundamental um cadastro de cada unidade com a listagem de equipamentos que possui, bem como características dos sistemas: tipo de câmera, tipo de cabeamento, tipo de infraestrutura, locais de difícil acesso para manutenção (altura elevada, por exemplo), entre outras informações. Ainda que a maioria destas informações seja fornecida pela equipe técnica da CONTRATANTE à empresa, caberá a essa manter o banco de dados atualizado, a partir de suas intervenções, documentando sempre as alterações realizadas.

4.5.5. Para cada atendimento realizado deverão ser gerados os seguintes documentos:

4.5.6. Relatório final com fotos;

4.5.7. Tabela de substituição de equipamentos (se for o caso);

4.5.8. Planilha de custos;

4.5.9. Emissão de Nota fiscal.

4.5.10. A cada solicitação de atendimento, haverá um fluxo de informações entre a fiscalização e a empresa contratada, os quais deverão constar:

4.5.11. Emissão de ordem de serviço;

4.5.12. Confirmação de recebimento;

4.5.13. Agendamento;

4.5.14. Confirmação do atendimento;

4.5.15. Testes remotos em tempo real;

4.5.16. Preenchimento dos relatórios e tabelas;

4.5.17. Conferência dos documentos;

4.5.18. Apontamento de erros;

4.5.19. Correção dos erros;

4.5.20. Emissão de nota fiscal;

4.5.21. Para que a equipe de fiscalização do contrato possa planejar e acompanhar os serviços de forma eficaz, existe a necessidade de relatórios de demandas pendentes, executadas e agendadas, bem como de consultas de histórico de atendimentos por equipamento.

#### 4.6. **A SOLUÇÃO**

4.6.1. Considerando as características apontadas, a CONTRATADA deverá responsabilizar-se em disponibilizar um sistema de gestão e controle de demandas informatizado, que facilite os fluxos de informação entre as partes e gere, de forma padronizada e ágil, a documentação especificada neste termo de referência.

4.6.2. O sistema deverá ser acessível à equipe de fiscalização e gestão do contrato via navegador de internet, sem necessidade de instalação de software ou armazenamento de dados nas máquinas do CONTRATANTE.

4.6.3. A empresa CONTRATADA deverá operar utilizando um sistema informatizado de gestão e controle de demandas, visando otimizar os fluxos de informação entre empresa e cliente (CREA-RS) e padronizar a emissão dos documentos exigidos, reduzindo ao máximo a necessidade de envio de e-mails, ligações telefônicas e emissão de documentos em papel.

4.6.4. Esse sistema deve permitir a interação entre as partes, ou seja, permitir o acesso do cliente para entrada de informações e para consulta de informações.

4.6.5. O acesso do cliente deve ser obrigatoriamente através de uma plataforma "web" via Google Chrome (navegador preferencial do CREA-RS), sem necessidade de instalação de software adicional no computador.

4.6.6. A plataforma deve permitir o login personalizado, com usuário e senha, de cada membro da equipe de fiscalização do contrato (no mínimo 06 usuários).

4.6.7. Permitir o acompanhamento completo de todas as atividades, com acesso às informações do atendimento e fotos, sendo que, a partir do momento em que as informações forem lançadas no sistema pela empresa, já devem estar imediatamente disponíveis ao cliente.

4.6.8. Emitir relatórios e exibir telas de visualização, classificando e listando as demandas em categorias, de modo funcional, com base no sistema KanBan, ou modelo semelhante, como, por exemplo: demandas em aberto, demandas agendadas, demandas com prazo expirado, demandas executadas, entre outras. Todas as listas e relatórios gerados pelo sistema devem ser disponibilizados ao cliente em formato pdf e em xls.

4.6.9. Possibilitar ao CREA-RS anexar documentos à demanda a qualquer tempo, como, por exemplo: plantas baixas, croquis, etc.

#### 4.7. CADASTROS

4.7.1. **Cadastro dos usuários:** Permitir o cadastro da equipe de servidores do CREA-RS que realizará a fiscalização do contrato. Poderá o contratante, devido às possíveis alterações de servidores da unidade gestora, solicitar à contratada a inclusão ou exclusão de nomes do respectivo cadastro.

4.7.2. **Cadastro de equipe de execução da contratada:** Nome e RG dos Técnicos que executarão a demanda. Poderá a contratada, devido às possíveis alterações em seu quadro funcional, alterar o cadastro dos membros do quadro técnico, desde que esteja de acordo com as especificações do contrato.

4.7.3. **Cadastros dos materiais:** Tabela de Materiais com: código do material, nome do material, descrição resumida, valor unitário contratual.

4.7.4. **Cadastro dos serviços:** Tabela de Serviços contendo: código do serviço, nome do serviço, descrição resumida, valor unitário contratual.

4.7.5. **Cadastro dos pontos de vídeo-monitoramento:** Informações básicas, contendo nome e endereço; Distância da sede (conforme ANEXO ÚNICO do Termo de Referência); Quadrante; Referente a prédios públicos, dados do responsável, telefone, e-mail; Sistemas instalados (Alarme? Qual faixa? Possui CFTV? Qual faixa?).

4.7.6. **Equipamentos instalados:** Cada ponto de vídeo-monitoramento deve possuir duas tabelas vinculadas, sendo uma referente a materiais e outra de serviços, listando todos os equipamentos instalados, com suas características, bem como algumas informações complementares que são relevantes à prestação dos serviços.

#### 4.8. CFTV

4.8.1. **Tipo de sistema de gravação:** NVR, DVR físico ou Máquina Virtual;

4.8.2. **Tipo de tecnologia:** analógica, IP ou mista;

4.8.3. **DVRs/NVRs físicos instalados:** marca, modelo, número de patrimônio, localização física no prédio (andar, sala, etc.);

4.8.4. **Outros equipamentos (Joystick, Nobreak):** marca, modelo, número de patrimônio, localização física no prédio (andar, sala, etc.);

4.8.5. **Infraestrutura:** tipo de cabeamento e conector (Coaxial, UTP, BNC, balun ligado diretamente no cabo, balun com RJ45, etc.);

4.8.6. **Câmeras:** marca, modelo, interna/externa, número e nome do canal no mosaico do NVR/DVR, número de patrimônio, analógica/IP, endereço MAC, endereço IP, tipo e localização da fonte de alimentação;

4.8.7. **Informações complementares:** câmeras de difícil acesso, quantidade e descrição (necessidade de escada, andaime, chave de cadeado, etc.).

4.8.8. **Permitir cadastrar na base de dados documentos importantes a todos os equipamentos, como:** manuais de instalação, datasheets e outros documentos que possam auxiliar os técnicos numa pesquisa durante as instalações ou manutenções.

#### 4.9. **EMISSÃO DE RELATÓRIOS VIA SISTEMA**

4.9.1. **Ordem de Serviço:** As ordens de serviço serão de abertura exclusiva pelo CREA-RS, contendo os seguintes campos de informações e modos de preenchimento. Importante destacar que o sistema deve apresentar listas de seleção e autopreencher diversos campos, conforme especificado abaixo, minimizando o trabalho manual.

4.9.2. **Preenchimento feito pelo contratante:** Ao gerar a ordem de serviço, o contratante deverá preencher:

4.9.3. **Nº da demanda:** o sistema gerará automaticamente um número de demanda sequencial.

4.9.4. **Nome da unidade:** selecionar o ponto de vídeo-monitoramento na lista que será apresentada com os dados obtidos na base de dados (menu estilo 'dropdown' ou semelhante). Ao selecionar o ponto, os seguintes campos deverão ser autopreenchidos:

4.9.5. **Endereço:** Autopreenchimento com as informações obtidas da base de dados.

4.9.6. **Telefone da unidade:** Autopreenchimento com as informações obtidas da base de dados.

4.9.7. **Responsável pela unidade:** Autopreenchimento com as informações obtidas da base de dados.

4.9.8. **E-mail oficial da unidade:** Autopreenchimento com as informações obtidas da base de dados.

4.9.9. **Data/hora da emissão da demanda:** Autopreenchimento com as informações de data e hora do sistema.

4.9.10. **Tipo da demanda:** marcar uma ou mais opções cumulativamente: Manutenção Preventiva e/ou Manutenção Corretiva e/ou Instalação.

4.9.11. **Prazo de atendimento:** deverá abrir menu com as seguintes opções, escolher somente uma:

4.9.12. **Prazo em aberto:** demanda que pode aguardar agendamento futuro combinado entre as partes.

4.9.13. **Prazo contratual:** será aplicado para demandas normais.

4.9.14. **Urgente:** quando tratar de situações urgentes, a critério da contratante.

4.9.15. **Agendamento:** Em caso de 'Prazo em aberto', o campo fica em branco e disponível para a contratada marcar. Em caso de 'Prazo contratual', ou 'Urgente', o campo deverá abrir calendário para a escolha de data.

4.9.16. **Sistema atendido:** marcar uma ou mais opções cumulativamente: vídeo-monitoramento urbano ou CFTV.

- 4.9.17. **Motivo da demanda:** texto livre com a informação pertinente ao serviço a ser executado, preenchida pelo contratante.
- 4.9.18. **Observações:** texto livre com informações adicionais, como, por exemplo, descrição da localização de instalação dos equipamentos dentro da unidade.
- 4.9.19. **Retirada de material programada:** Este campo abre duas opções de resposta: “sim” ou “não”. Em caso de marcar ‘sim’, o sistema deve gerar um subformulário, ou campos adicionais de preenchimento obrigatório, de Entrega e Recebimento de material.
- 4.9.20. **Subformulário de Entrega e Recebimento de Material:** Quando o material ou equipamento for fornecido pelo contratante, o sistema deverá gerar subformulário, ou campos adicionais, vinculados a esta respectiva OS, para registrar a entrega de materiais e/ou equipamentos à contratada contendo no mínimo as seguintes informações:
- 4.9.21. **Quantidades:** (quando equipamento não patrimoniado): valor numérico; Tipo de Equipamento: texto livre (câmeras, peças, fonte, etc.);
- 4.9.22. **Marca e Modelo:** texto livre;
- 4.9.23. **Número de Patrimônio (quando houver):** código numérico;
- 4.9.24. **Número de série (quando houver):** texto livre;
- 4.9.25. **Endereço MAC (quando houver):** código alfanumérico;
- 4.9.26. **Responsável pela entrega (servidor da contratante):** deverá abrir menu para selecionar o servidor da equipe de fiscalização do contrato dentre os cadastrados;
- 4.9.27. **Responsável pela retirada (funcionário da contratada):** deverá abrir menu para selecionar o funcionário da empresa, previamente cadastrado, que retirará o material;
- 4.9.28. **Data, hora e local da entrega:** o sistema deverá abrir calendário para escolha de data e campos livres para inserir hora e local.
- 4.9.29. **Observações 1:** É importante que, no momento da retirada do equipamento por parte da contratada, haja no sistema a possibilidade de certificação eletrônica, mediante login do funcionário, para que fique registrado, além dos materiais e equipamentos, quem os retirou.
- 4.9.30. **Observações 2:** O sistema deverá permitir que este subformulário seja aberto posteriormente, a qualquer tempo, antes ou durante a execução dos serviços, visto que pode ocorrer necessidade não prevista inicialmente.
- 4.9.31. **Preenchimento feito pela contratada:** O preenchimento deste formulário por parte da contratada se dá em dois momentos, um imediato, no recebimento da demanda aberta, e outro no momento da visita para execução.
- 4.9.32. **Preenchimento imediato:** Após recebimento da O.S. pela contratada (troca de status), e verificado o prazo de execução e de sua obrigação, o mais breve possível, a contratada deve definir e registrar na demanda as seguintes informações:
- 4.9.33. **Agendamento da execução:** abrir calendário para selecionar data.
- 4.9.34. **Equipe Técnica:** este campo deverá abrir menu para selecionar o(s) técnico(s) da empresa, previamente cadastrado(s), que será(ão) designado(s) para o atendimento. Deverão ficar visíveis nos formulários seus nomes e números de documentos.
- 4.9.35. **Observações:** Nessa fase é interessante a remessa de correspondência automática para o e-mail pré-cadastrado da unidade com as informações da OS em anexo em formato PDF, para ciência e também para franquear o acesso da equipe técnica.
- 4.9.36. **Preenchimento durante a visita:**
- 4.9.37. **Início dos serviços:** Fica a cargo da equipe técnica da contratada registrar em campo específico a data e hora do início dos serviços. De preferência, esse preenchimento deve ser realizado em tempo real, durante a visita.

4.9.38. **Solicitação de serviço extra:** Devido às complexidades eventuais de cada instalação, poderá, de acordo entre as partes, haver a solicitação de serviço extra, que deverá ser documentado na Ordem de Serviço, com autorização expressa do fiscal do contrato.

4.9.39. **Breve descrição das atividades:** Texto livre descrevendo sucintamente as atividades realizadas.

4.9.40. **Itens executados:** Códigos e quantidades dos itens de serviços e materiais aplicados. Ao preencher o código, o sistema deverá apresentar o nome do serviço ou material, conforme banco de dados, minimizando o trabalho de preenchimento manual.

4.9.41. **Bens Patrimoniados Instalados:** Tabela com quantidade, descrição, marca, modelo e número de patrimônio de bens instalados na unidade durante o atendimento em questão. Esta tabela deverá confirmar os dados lançados inicialmente pelo fiscal do contrato, na abertura da demanda, ou registrar as alterações ocorridas durante a execução.

4.9.42. **Bens Patrimoniados retirados:** A Ordem de Serviço deve conter também uma segunda tabela com os bens retirados da unidade, ou seja, desinstalados em função de defeito ou de modernização do sistema. Da mesma forma que a anterior, deverá informar: quantidade, descrição, marca, modelo e número de patrimônio dos bens retirados e adicionar o motivo da substituição (defeito ou modernização) e o destino dos mesmos (se foram recolhidos pela empresa ou ficaram sob guarda do diretor da unidade).

4.9.43. **Finalização dos serviços:** registrar em campo específico a data e hora do término dos serviços. De preferência, esse preenchimento deve ser realizado em tempo real, durante a visita.

#### 4.10. **VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO/AQUISIÇÃO:**

O valor anual médio estimado para esta contratação está demonstrado na tabela abaixo, elaborado conforme orçamentos prévios e pesquisa de mercado efetuada pela unidade solicitante:

	GITEL	MGA	MS SERVICES	Média/Anual
Serviços de Manutenção Corretiva e Preventiva de CFTV	R\$ 30.278,76	R\$ 35.328,00	R\$ 33.534,50	R\$ 33.047,09

*Conforme Art. 5º da IN SEGES 65/2021, A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:*

*I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;*

*II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;*

*III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;*



*IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital.*

#### **4.11. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Conforme pesquisa prévia junto à Contabilidade, as despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta de recursos específicos consignados no Orçamento, e será atendida pela seguinte dotação:

Rubrica Orçamentária: 6.2.2.1.1.01.04.09.029

Disponibilidade Orçamentária: R\$ 40.987,08

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes, se for o caso, será indicada após aprovação do orçamento anual respectivo e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento ou termos aditivos e emissão de empenhos complementares.

#### **4.12. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:**

O objeto desta contratação será recebido após a avaliação do fiscal do contrato.

Correrão por conta da contratada todas as despesas para realização das atividades descritas no termo de referência deste edital tais como: seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais custos decorrentes da prestação dos serviços contratados.

Se constatadas irregularidades na execução do objeto contratual o CREA/RS poderá rejeitá-la no todo ou em parte, determinando sua correção integral, ou parcial, ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

#### **4.13. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA/EXECUÇÃO:**

O contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses a partir de 05 (cinco) dias após sua assinatura, podendo ser prorrogado, por interesse das partes;

Os serviços contratados deverão ser executados nas dependências do *CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL - CREA-RS*, situado na Rua São Luís, nº 77, na cidade de Porto Alegre/RS.

#### **4.14. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:**

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila ou aditivo.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa, mediante atesto recebimento dos serviços prestados pelo fiscal de contrato.

O fiscal de contrato deverá informar ao gestor do contrato eventuais falhas quando da prestação dos serviços pela contratada.

O gestor do contrato, com base nas informações encaminhadas pelo fiscal de contrato, tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

A execução dos serviços contratados deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Indicamos para a fiscalização desta contratação o **funcionário CARLOS EDUARDO LIMA DE OLIVEIRA, matrícula 828, lotado neste Setor Requisitante da Gestão Administrativa e Financeira.**

#### 4.15. **CONDIÇÕES GERAIS E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

O serviço é enquadrado como continuado sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar (2054140)

#### 4.16. **SUBCONTRATAÇÃO**

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### 4.17. **GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

Será exigida a garantia da contratação de que tratam os [arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

A garantia, nas modalidades caução e seguro fiança, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

O contrato poderá oferecer maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto;

A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

#### 4.18. **VISTORIA**

A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9 horas às 18 horas.

Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

#### 5. **DEVERES DA CONTRATADA:**

O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica necessários para o cumprimento do objeto contratado, sem ônus para contratante.

Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;

Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.

Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

## **6. DEVERES DA CONTRATANTE:**

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado.

Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **7. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

*Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:*

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iv) **Multa:**

Moratória de 0,05% (cinco centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

*Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia (quando solicitado na contratação);*

*O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o [inciso I do](#)*

[art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.](#)

Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 15% a 20% do valor do Contrato.

Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 10% a 15% do valor do Contrato.

Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 7% a 10% do valor do Contrato.

Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 5% a 7% do valor do Contrato.

Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 2% a 5% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

*A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))*

*Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).*

Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

*Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).*

*A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))*

*O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de*



*Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))*

*As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).*

*Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).*

## **8. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD**

A contratada se compromete a formalização de Acordo de Proteção de Dados, nos termos e condições a seguir relacionadas:

A empresa CONTRATADA, por si, seus representantes legais, funcionários, prepostos e colaboradores, obriga-se a atuar em conformidade com a Legislação vigente sobre proteção de dados relativos a uma pessoa física ("Titular") identificada ou identificável ("Dados Pessoais") e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados"), além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos Dados Pessoais vinculados ao CREA-RS.

A empresa CONTRATADA obriga-se a manter os Dados Pessoais a que tiver acesso em sigilo, adotando medidas técnicas e administrativas aptas a protegê-los contra acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão ("Tratamento não Autorizado ou Incidente"), bem como a não utilizar, compartilhar ou comercializar quaisquer elementos de dados pessoais que passe a ter acesso a partir da assinatura deste termo, sendo igualmente vedada a utilização desses dados após o término da finalidade para a qual foram coletados

A empresa CONTRATADA, por si e seus funcionários, prepostos e colaboradores, compromete-se a:

Tratar como confidencial todos os documentos e dados a que vier a ter acesso em razão da intenção de firmar contrato.

Tratar os documentos e os dados pessoais com o mesmo nível de segurança que trata seus documentos, dados e informações de caráter confidencial

Tratar e usar os dados pessoais coletados para os fins de celebrar futuro contrato, mantendo-os registrados, organizados, conservados e disponíveis para consulta

Realizar o compartilhamento dos dados apenas e somente nos casos em que o seu titular tenha dado o consentimento inequívoco, ou nas situações legalmente previstas ou acordadas com o CREA-RS

Tratar os dados de modo compatível com as finalidades para as quais tenham sido coletados e pelo mínimo de pessoas possível, devendo ser as mesmas identificáveis

Conservar os dados apenas durante o período necessário à celebração da contratação. Quando da finalização da contratação, a empresa CONTRATADA poderá manter os dados pelo prazo necessário ao cumprimento de eventual obrigação legal, garantindo a sua efetiva confidencialidade

Notificar o CREA-RS, no prazo de até 24 horas, caso haja alguma suspeita ou incidente de segurança concreto envolvendo dados pessoais, informando os tipos de dados pessoais potencialmente comprometidos ou vazados; quaisquer medidas para mitigação ou remediação tomadas ou planejadas em resposta ao incidente, devendo prestar toda a colaboração necessária a qualquer investigação que venha a ser realizada.

Garantir o exercício, pelos titulares dos dados, dos respectivos direitos de informação, acesso, revogação, oposição e portabilidade

Assegurar que todas as pessoas que venham a ter acesso aos dados pessoais no contexto deste termo, cumpram as disposições legais aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, não cedendo ou



divulgando tais dados pessoais a terceiros, nem deles fazendo uso para quaisquer fins que não os estritamente consentidos pelos respectivos titulares

Os dados coletados poderão estar armazenados em ambiente seguro e controlado pela empresa CONTRATADA, ou de terceiro por ele contratado desde que este terceiro assuma, por escrito, as mesmas responsabilidades em relação a proteção de dados assumidas pela empresa CONTRATADA, não podendo guardar, armazenar ou reter os dados por tempo superior ao prazo legal

A empresa CONTRATADA se compromete a devolver ou excluir os Dados que vier a ter acesso, em até 30 (trinta) dias, nos casos em que (i) o CREA-RS solicitar; (ii) o contrato não for renovado ou, se renovado, for rescindido

A empresa CONTRATADA será responsável por quaisquer danos causados em decorrência da violação de suas obrigações no âmbito desta contratação, da violação da legislação de proteção de dados em vigor ou da violação de qualquer direito dos titulares de dados, devendo ressarcir ao CREA-RS por todo e qualquer gasto, custo, despesas, honorários e custas processuais efetivamente incorridos ou indenização/multa paga em decorrência de tal violação

O instrumento contratual constitui o acordo integral entre as Partes quanto a seu objeto, substituindo qualquer outro acordo sobre tal matéria. Alterações, aditamentos e renúncias ao contrato deverão ser realizados por escrito.

A forma de celebração contratual por meios eletrônicos, digitais e informáticos, é reconhecida como válida e plenamente eficaz, ainda que seja estabelecida com assinatura eletrônica ou certificação fora dos padrões ICP-BRASIL, conforme disposto no artigo 10, da Medida Provisória nº 2.200/2001 em vigor

A invalidade de uma ou mais disposições contratuais não afetará a validade das demais condições. A disposição inválida será substituída, mediante acordo mútuo, por uma disposição que seja adequada para os mesmos fins, considerando-se os interesses de ambas as Partes

## 9. ANEXOS

9.1. ANEXO I - Planilha de Custos e Formação de Preços (SEI nº 2127151, 2127154 e 2127156).

9.2. ANEXO II - Tabela de Preço-Médio (SEI nº 2127163).

***Este Termo de Referência deve ser assinado pelo Setor Requisitante/Gerência, e assinado pela Autoridade Competente/Presidente como aprovação.***

**DE ACORDO, AUTORIZA-SE.**



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS EDUARDO LIMA DE OLIVEIRA, Chefe de Núcleo**, em 14/03/2024, às 14:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **SONIA MARIA DOS REIS MACHADO, Gestor(a) de Administração e Finanças**, em 20/03/2024, às 17:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **NANCI CRISTIANE JOSINA WALTER, Presidente**, em 20/05/2024, às 12:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.crea-rs.org.br/validar.html>, informando o código verificador **2063156** e o código CRC **D17B31C0**.

---

---

**Referência:** Processo nº 2024.000002059-2

SEI nº 2063156

Local: Porto Alegre